



Renan propõe Autoridade Fiscal Independente

Ideia do senador é que o órgão seja técnico e apartidário, como instituições similares de outros países, e que trabalhe para identificar excessos na política fiscal do governo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apresentou proposta de emenda à Constituição que cria a Autoridade Fiscal Independente. Para ele, a iniciativa pode trazer mais segurança e previsibilidade à administração do país, evitando manobras que prejudiquem

o crescimento econômico. Ligada ao Congresso, a AFI deverá ser formada por servidores concursados e liderados por um diretor-geral. Renan também sugeriu mudanças na lei que trata do controle dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. **5**



João de Araújo/Agência Senado

Participam do encontro no Planalto Mercadante, Jucá, Viana, Dilma e Renan

Ex-presidentes da República ajudarão na reforma política

Depois de se reunir ontem com a presidente Dilma Rousseff para tratar da reforma política, o presidente do Senado, Renan

Calheiros, afirmou que setores da sociedade serão também ouvidos sobre os projetos, além dos ex-presidentes do país. **3**



Glaciene Lara/TV Senado

Requião, Vanessa, Lindbergh e Telmário falam com familiares de presos em Caracas

Senadores acompanharão eleições na Venezuela

A comitiva do Senado que visitou ontem Caracas anunciou que um grupo de parlamentares acompanhará

a eleição de dezembro para a Assembleia Nacional do país vizinho. A eleição era exigência da oposição a Maduro. **6**

MP com reajuste do mínimo deve chegar ao Plenário em breve **4**

MP do Futebol passa em comissão e vai para a Câmara

A medida provisória que permite aos clubes de futebol refinanciar dívidas foi aprovada ontem na comissão mista e agora depende dos Plenários da Câmara e do Senado. Deputados reclamaram que havia poucos parlamentares presentes na votação. **4**

Entidades cobram ações que impeçam fuga de trabalhador do campo **8**

Cristovam rebate críticas de ministro a projeto que federaliza educação **2**

Senado aprova acordos entre Brasil e EUA

O Plenário do Senado aprovou ontem três acordos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos. Eles tratam da cooperação na área de defesa nacional e no compartilhamento de informações financeiras. A aprovação ocorre poucos dias antes de visita oficial da presidente Dilma Rousseff a Washington. **7**

Para Aloysio Nunes, presidente da Comissão de Relações Exteriores, acordos contribuem para sucesso da visita de Dilma aos EUA



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ouvidoria do Senado
4 anos de comunicação direta com a sociedade.

A Ouvidoria do Senado foi criada em junho de 2011 para ampliar a comunicação entre o parlamento e a sociedade.

São 4 anos ouvindo de perto suas opiniões, críticas e sugestões, o que ajuda a aproximar cada vez mais **você** do **Senado** e a construir um legislativo mais **transparente, eficiente** e **moderno**.

Fale com a Ouvidoria.
Sua voz dentro do Senado Federal.

Conheça e participe: www.senado.leg.br/ouvidoria

SENADO FEDERAL

Cristovam rebate críticas do MEC ao ensino federalizado

Senador defendeu seu projeto, que agora vai para a Câmara, dizendo que mudança não será feita de uma hora para a outra. Ministro havia dito que é erro concentrar escolas públicas nas mãos do governo federal

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) rebateu as críticas que o ministro da Educação, Renato Janine, fez ao projeto de lei de autoria dele que autoriza o governo a federalizar colégios estaduais e municipais (PLS 320/2008). A proposta foi aprovada na Comissão de Educação (CE) na terça-feira e, se não houver recurso para votação no Plenário, irá diretamente para a Câmara dos Deputados.

Janine fez ressalvas ao projeto na quarta-feira, após uma reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Como argumento contrário à federalização, o ministro disse, por exemplo, que a educação é competência comum da União, dos estados e dos municípios. Cristovam rebateu:

— Continua assim, mas a

União terá responsabilidade pela carreira dos professores, pela qualidade das escolas. Não terão essa responsabilidade os municípios e os estados, mas a União. Os estados continuarão participando na definição das especificidades do currículo e de outras atividades.

De acordo com Cristovam, a federalização vai levar “um longo tempo”:

— A proposta que elaborei e que foi aprovada permite que em dois anos haja uma revolução educacional em uma cidade, em duas, em três, em cinco ou em dez cidades, mas não em todas as 5.564. Para isso chegar a todas as cidades, vamos precisar de 20 anos. O projeto de lei fala em 3 milhões de crianças novas por ano sob o patrocínio da União. Ele fala também que

não podemos aplicar automaticamente esse padrão das escolas federais, que são as melhores do Brasil, e estou totalmente de acordo.

O ministro da Educação também disse que seria um erro centralizar toda a educação pública em Brasília. Cristovam continuou:

— Centralizar a gestão é um erro. Por isso, o projeto permite e defende a descentralização, escola por escola, como já é hoje nas universidades, nas escolas técnicas, nas escolas militares. Ou seja, será mais descentralizada do que é hoje, quando o chefe é o prefeito. Aí o chefe vai ser a comunidade de cada escola.

O senador fez questão de dizer que, apesar das divergências, tem “o maior respeito” pelo titular do Ministério da Educação.



Gerardo Magela/Agência Senado

Capiberibe (C) disse que vai pedir que o filme seja enviado às escolas públicas

Documentário sobre violações na ditadura estreia amanhã na TV Senado

Foi lançado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) o documentário *Em Busca da Verdade*, produzido pelos jornalistas Deraldo Goulart e Lorena Maria, da TV Senado. A produção foi desenvolvida pelas Comissões da Verdade e pela subcomissão do Senado que investigaram recentemente as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar (1964–1985). O documentário, com 58 minutos de duração, estreia amanhã, às 21h30, pela TV Senado.

Um trecho de dez minutos foi exibido durante a audiência na CDH. João Capiberibe (PSB-AP) elogiou o trabalho e afirmou que vai solicitar a distribuição do documentário para escolas públicas do país. O senador lamentou o fato de as Forças Armadas não terem uma autocritica da ditadura.

— As investigações mostram que as torturas eram de conhecimento dos principais dirigentes do regime, inclusive dos presidentes — disse Capiberibe.

A obra também trata do sapateiro Epaminondas, militante do Partido Comunista, que morreu sob tortura em 1971, do ex-deputado Rubens Paiva, dado como desaparecido, e de Stuart Angel, também assassinado durante o regime.

Deraldo Goulart citou uma frase da presidente do Chile, Michelle Bachelet: “Só as feridas lavadas e tratadas cicatrizam”. Ela foi torturada durante o governo Pinochet.

Dom Leonardo Steiner, secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, lamentou o fato de muitos jovens participarem de manifestações que pedem a volta da ditadura.



Divulgação/PMc

Alunos em escola pública: texto de Cristovam, que vai para Câmara, autoriza federalização de colégio estadual e municipal

Senador pede voto de louvor para TCU por ver falha nas contas de Dilma

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs à Mesa do Senado um voto de louvor ao Tribunal de Contas da União pela “análise profunda e bem embasada das contas públicas do governo federal de 2014”.

“O relatório [do TCU] trata não somente das ‘pedaladas fiscais’ como do fato de o governo ter deixado de cumprir a meta do resultado primário de 2014 e de o erro do governo ter aberto — via decreto, não via lei — crédito suplementar para despesas usando como fonte a expansão da dívida pública. E trata de indícios de irregularidades que se referem a um valor próximo a R\$ 280 bilhões”, escreve o senador.

Segundo Cristovam, no passado o TCU aprovava “com ressalvas” as contas, que “eram sistematicamente esquecidas”.

Regina registra elevado número de acidentes de moto no Piauí

Regina Sousa (PT-PI) chamou a atenção para o elevado número de acidentes envolvendo motociclistas no Piauí, vitimando principalmente os mais jovens, com idade entre 20 e 39 anos.

Dados do Hospital de Urgência de Teresina revelam que, em 2014, foram atendidos pacientes de 12,5 mil acidentes de moto, enquanto os atendimentos a vítimas de acidentes de carro não chegaram a 1,4 mil.

Regina sugeriu investimentos em educação no trânsito e na fiscalização, especialmente quanto ao uso do capacete.

— Segundo o SUS, para cada pessoa morta, os acidentes deixam entre 20 e 25 feridos; mais de 200 mil por ano.

Reguffe quer fila de cirurgia na rede pública divulgada na internet

Reguffe (PDT-DF) informou na quarta-feira que apresentou projeto para obrigar os governos, em todas as esferas, a divulgar na internet a lista de pacientes a espera de cirurgia na rede pública de saúde.

Pelo texto, a fila deve ser publicada por ordem de chegada e prioridade, com o número do RG dos pacientes — de forma a preservar a privacidade de quem aguarda a cirurgia. A atualização deve ser semanal e trazer a data de quando a pessoa ingressou na fila.

Segundo o senador, a medida deve trazer transparência e pressionar os governos a agilizar os atendimentos.

— Acredito que isso provoque uma reação para que os centros cirúrgicos funcionem mais tempo e as filas andem mais rápido — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Criada Comenda do Mérito Olímpico para homenagear atletas brasileiros

Os senadores aprovaram ontem a criação da Comenda do Mérito Olímpico para celebrar os atletas que se destacaram em Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. A cada ano cinco esportistas receberão um diploma de menção honrosa. A proposta (PRS 84/2013) foi apresentada pelo ex-senador Gim.

Jorge Viana (PT-AC) lembrou que o mundo comemora o Dia Olímpico em 23 de junho, data que marca o aniversário de fundação do Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1894.

A proposta aprovada também traz as normas dos demais prêmios oferecidos pelo Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa.

INSTITUCIONAL Rede EcoLega

9h30 Lançamento de rede de voluntários voltada à sustentabilidade no trabalho.

PRESIDÊNCIA Ministro

12h Renan Calheiros recebe o ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, na sala de audiências da Presidência da Casa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Após encontro com Dilma, Renan Calheiros anunciou a intenção de mobilizar os três Poderes, instituições e ex-presidentes para encontrar uma proposta viável de reforma

Senado ouve sociedade sobre reforma política

O SENADO VAI ouvir os demais Poderes da República, instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ex-presidentes do país, além da própria sociedade para buscar o modelo mais adequado de reforma política. O anúncio foi feito pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, que, ao lado de Jorge Viana (PT-AC) e Romero Jucá (PMDB-RR), tratou da reforma ontem com a presidente Dilma Rousseff.

Segundo Renan, Dilma ficou bastante interessada e dará apoio às mudanças.

— Nós colhemos pontos de vista. Ela ficou entusiasmada com a possibilidade de somar esforços neste propósito de transformação da política brasileira. Vamos dar continuidade a esse processo de mobilização — afirmou.

Antes da reunião, os senadores já haviam se encontrado com representantes do Judiciário. Na quarta-feira, a

Comissão Especial da Reforma Política foi recebida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, e, no dia anterior, um jantar reuniu os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Dias Toffoli (presidente), Luiz Fux e Gilmar Mendes e com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

— Todos os Poderes vão colaborar. Essa é uma questão mais do Legislativo, mas precisamos acertar até onde podemos ir com a mudança na Constituição e as alterações na legislação infraconstitucional. É preciso uma conversa permanente. Acho que o fracasso nas outras tentativas deveu-se à falta de esforço no envolvimento dos Poderes. Essa é uma oportunidade de fazê-lo — defendeu Renan.

O presidente da comissão, Jorge Viana, também ressaltou a importância de agregar outros atores a essa discussão. Ele disse que, embora a tarefa de mudar as leis seja uma



Jorge Viana, Aloizio Mercadante, Renan Calheiros e Romero Jucá: união de esforços para transformar a política do país

atribuição do Parlamento, é preciso ouvir todos.

— Estamos otimistas, achamos que o momento é especial. O trabalho está sendo feito de maneira suprapartidária e também levando em conta as instituições e os outros Poderes — disse.

O primeiro encontro da comissão será na próxima terça-feira. O relator, Romero

Jucá, disse que, em seguida, as reuniões serão diárias, sempre à tarde. Aprovadas, as propostas seguem para o Plenário.

— Estamos discutindo uma reforma política para as próximas eleições. O momento político atual não interfere. A discussão aqui é pautada para o futuro — afirmou.

Para Renan, a iniciativa vai viabilizar a reforma política.

— Essa mobilização entre os Poderes é inédita. Uma das dificuldades do passado é que em nenhum momento mobilizamos os Poderes.

Segundo o presidente do Senado, há uma grande cobrança da sociedade pela reforma política, especialmente em relação a temas como o financiamento de campanha.

Ele citou como mudanças possíveis o estabelecimento de um teto para doações e a criação de ferramentas para garantir mais transparência às transferências e ao uso dos recursos.

Viana afirmou que há um desejo dos líderes partidários de votar a reforma política e dar uma resposta à opinião pública. Ele ressaltou, porém, que a intenção é fazer isso “em harmonia” com a Câmara, que deve concluir até julho a votação de uma PEC com diversas alterações nos sistemas político e eleitoral.

Comissão terá reuniões terça, quarta e quinta-feira

A comissão de 29 senadores encarregada de apresentar propostas de reforma política tem encontro marcado para terça-feira, às 14h30, para examinar o plano de trabalho a ser apresentado pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR). Outras reuniões devem acontecer na quarta e na quinta-feira.

O presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC), esclareceu que a atuação não será centrada na análise de propostas já aprovadas ou em votação na Câmara dos Deputados. Ele considera mais produtivo que muitas das mudanças

aconteçam com a votação de projetos de lei, evitando assim a análise de emendas constitucionais, que são mais difíceis de serem aprovadas.

— A Câmara votou cláusula de barreira, nós podemos melhorar. O propósito nosso não é fazer confronto com o que a Câmara está votando. É identificar os pontos que a Câmara votou, que está apreciando e que podem ser recepcionados no Senado. Da mesma maneira, votar modificações na Lei Eleitoral ou no Código Eleitoral que possam ser recepcionados pela Câmara — explicou Viana.

Jucá confirmou a intenção do Senado de um trabalho em conjunto com os deputados, mas ressaltou não haver nada que impeça que projetos rejeitados por na Câmara possam ser aprovados pelos senadores.

— Não vamos nos balizar apenas pelo tamanho da votação que houve na Câmara. Nós vamos ampliar esse escopo. Queremos mais. Queremos realmente que a reforma política seja mais abrangente, mas sempre respeitando o entendimento com a Câmara — afirmou Jucá.

Cristovam: oposição de tucanos e petistas é único ponto em debate

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que os debates políticos sirvam apenas para reforçar a dicotomia entre PT e PSDB.

Para o senador, o que falta é discutir questões como a sustentabilidade da previdência daqui a algumas décadas, o novo modelo industrial brasileiro, a dependência de nossa economia das exportações de produtos primários, o baixo investimento em pesquisa e inovação e assuntos referentes à matriz energética.

No lugar disso, lamentou, PT e PSDB preferem debater se o que é melhor é a concessão ou a privatização, em vez de questionarem se a população está sendo a verdadeira beneficiária de serviços.

— O debate entre o PT e o PSDB é como se fosse um debate só do presente. É um debate sem futuro, sem longo prazo, sem décadas à frente.



Wellimir Bonetto/Agência Senado

Lula precisa esclarecer seu papel no escândalo da Petrobras, diz Flexa

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a nova etapa da Operação Lava-Jato colocou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na mira da Justiça. Para o senador, o Ministério Público está perto de chegar a quem “de fato” comandava o esquema de corrupção na Petrobras.

— Lula sabe que é o alvo da vez e age. A prisão dos presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez suscitou a interpretação de que as investigações do Ministério Público escalaram mais alguns degraus e se aproximam do topo da cadeia alimentar.

Diante dessa situação, de acordo com Flexa, Lula começou um movimento para tirar de si o foco das atenções.

— O que importa agora é esclarecer a participação do ex-presidente e líder-mor petista no esquema criminoso que assaltou o país nos últimos anos — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Viana ressalta empenho de senadores no debate da reforma política

Jorge Viana (PT-AC) destacou a mobilização dos parlamentares na discussão da reforma política desde a criação da comissão que trata do assunto.

O presidente do colegiado ressaltou a experiência do relator da matéria, Romero Jucá (PMDB-RR), e o empenho pessoal do presidente do Senado, Renan Calheiros, para avançar na apreciação das propostas que vêm da Câmara e das sugestões de representantes do Executivo e do Judiciário.

Estão sendo discutidos o financiamento e a redução de gastos nas campanhas eleitorais e o fortalecimento dos partidos, considerados pontos de convergência.

— Esse entendimento tem que ser suprapartidário. Não há hipótese de votarmos a reforma política se não for construído um ambiente de entendimento e estabelecidos temas que possam ter substância na valorização da atividade política — disse o senador.

Ana Amélia defende delação premiada e atuação de Sergio Moro

Ana Amélia (PP-RS) defendeu a delação premiada como instrumento legítimo de auxílio nos processos judiciais. Ela manifestou apoio ao juiz federal Sergio Moro, que atua na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

A senadora afirmou que a delação premiada é relevante na obtenção de informações, mas que não é decisiva nem obrigatória.

A senadora criticou as suspeitas contra Moro em relação às prisões dos executivos de grandes empreiteiras.

— Nós não podemos imaginar que um magistrado do nível de Sérgio Moro esteja usando a delação premiada fora dos padrões jurídicos da independência e do julgamento de maneira adequada e correta. Mesmo aqueles que têm muitos processos na Justiça defendem que Sergio Moro é um dos mais sérios juízes brasileiros.

A senadora também leu nota de apoio ao magistrado, elaborada pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Comissão aprova MP que favorece clube de futebol

Deputados reclamaram que parecer foi votado com a presença de poucos parlamentares. Texto vai agora para o Plenário da Câmara e depois para o Plenário do Senado

A COMISSÃO MISTA que analisa a MP671/2015 aprovou ontem o parecer do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ). A proposta, que viabiliza a renegociação das dívidas dos clubes de futebol, agora vai para votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Depois, para o Senado.

A MP do Futebol trata do refinanciamento das dívidas fiscais e trabalhistas dos clubes de futebol profissional. A medida provisória cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), um instrumento de refinanciamento que exige dos clubes que aderirem o cumprimento de critérios de responsabilidade fiscal e de gestão interna.

O relatório de Otavio Leite flexibiliza algumas dessas exigências, estende o prazo do financiamento facilitado e pre-

ve uma “escala de transição” de pagamento das parcelas.

A reunião terminou com bate-boca entre o deputado Marcelo Aro (PHS-MG) e o presidente da comissão, senador Sérgio Petecão (PSD-AC). O deputado alegou que Petecão não esperou a chegada dos demais parlamentares e pôs o texto em votação com o plenário vazio.

— Durante toda a tramitação da MP, nós dialogamos. Abrir uma reunião e votar tudo em menos de um minuto? Nossa reunião nunca começou no horário. Isso não foi justo. É regimental, mas não foi justo. A partir de agora, vamos ter um grande imbróglcio em relação a esse projeto — protestou.

O deputado Vicente Cândido (PT-SP) também não gostou da rápida votação:

— Essa rapidez neste momento não constrói relações. O bom senso recomenda que



Sérgio Petecão responde a deputados que reclamavam que a MP foi votada quando havia poucos parlamentares presentes

uma matéria dessa natureza não pode ser votada com o plenário vazio. O relator poderia ter esperado um pouco mais para fazer o debate. Não dá para votar com a Casa vazia, numa situação dessa

— reclamou.

Petecão alegou que esperou 15 minutos para abrir a reunião, que estava marcada inicialmente para as 9h. Ele lembrou também que a sessão de discussão havia sido feita na

quarta-feira e suspensa com a manutenção do quórum.

— Ontem ficamos aqui o tempo necessário para discussão. O relator acatou os destaques. Hoje, esperamos 15 minutos — justificou.

Reajuste do mínimo deve entrar na pauta em breve

Com a pauta do Plenário já trancada pelo projeto de conversão decorrente da MP 670/2015, o Senado deve receber em breve mais duas MPs, sobre a política de reajuste do salário mínimo (MP 672/2015) e a dispensa de emplacamento para tratores (MP 673/2015).

A MP 672 foi aprovada pela Câmara na quarta-feira. A proposta mantém as atuais regras de reajuste do salário mínimo — variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do ano anterior mais crescimento do PIB apurado dois anos antes. Os deputados, porém, aprovaram um acréscimo que deve causar divergência: a extensão da fórmula de reajuste a aposentadorias e pensões de valor superior a um salário mínimo.

A MP 672 tem de ser aprovada pelo Congresso até 7

de agosto para não perder a validade. Caso o Senado faça mudanças, a proposta volta para votação final na Câmara.

Tratores

Os deputados também aprovaram na terça a MP 673, que dispensa de licenciamento e emplacamento máquinas agrícolas e veículos usados para puxá-las. O texto foi aprovado na forma do relatório de comissão mista do Congresso, que exige apenas o registro dessas máquinas no Ministério da Agricultura. O texto original previa registro “na repartição competente”.

A nova exigência de registro valerá apenas para os maquinários produzidos a partir de 1º de janeiro de 2016. A MP 673 tem validade até 14 de agosto.

A MP 670, que consta da pauta do Plenário, é a que tem o

prazo mais curto para votação, já que perde a vigência em 8 de julho. A medida promove reajuste escalonado na tabela do Imposto de Renda, de 4,5% a 6,5%, de acordo com a faixa de renda. A MP foi fruto de negociações entre governo e Congresso depois que a presidente Dilma Rousseff vetou um reajuste linear de 6,5%.

O texto foi aprovado pela Câmara com a inclusão de autorização para o governo conceder subvenção econômica ao seguro-safra contratado em 2014, que constava do relatório de Eunício Oliveira (PMDB-CE), aprovado em comissão mista. Também foram incluídas duas emendas de deputados: uma que isenta o óleo diesel de PIS-Pasep e Cofins e outra que permite a professores deduzir do IR gastos com livros.

(Com Agência Câmara)

Renan: Senado terá bom senso ao votar aumento para aposentados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu o equilíbrio na questão fiscal e o bom senso na análise da MP 672/2015, que mantém as atuais regras de reajuste do salário mínimo para o período 2016-2019, aprovada na Câmara na quarta. Uma emenda acatada pelos deputados estende os mesmos ajustes pagos aos trabalhadores aos benefícios da Previdência superiores a um salário mínimo.

A MP chegará ao Senado nos próximos dias. De acordo com Renan, os senadores aprofundarão os debates sobre o tema,

que ele considera crucial para a sociedade.

— Temos preocupação fiscal. Tanto que estamos criando uma autoridade fiscal no âmbito do Legislativo. A decisão da Câmara cria oportunidade para aprofundarmos o debate da previdência, conhecer a sustentabilidade e a questão atuarial.

A MP determina que o reajuste anual do mínimo deve ser baseado na variação do INPC acumulada no ano anterior, acrescida do crescimento real do PIB apurado dois anos antes.

Anastasia propõe regra que evitaria greve prolongada

Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou um projeto que fixa regras para a negociação coletiva na administração pública. Ele lembrou que a negociação coletiva já está disciplinada pela Justiça do Trabalho nos dissídios entre empregados e empregadores da iniciativa privada.

A proposta, explicou, visa estimular a conciliação, a arbitragem e a mediação nas negociações entre servidores e o poder público. Com isso, espera-se evitar greves ou o prolongamento de greves.



Monarco Moura/Agência Senado

Jader critica Câmara por medida provisória alterada

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) criticou decisão da Câmara de dar tratamento especial a cinco setores da economia no PL 863/2015, que reduz a desoneração da folha de pessoal. Ele sugeriu que o presidente do Senado, Renan Calheiros, devolva a proposta ao Executivo. Com as alterações feitas pelos deputados, o projeto garantirá aos setores de *call center*, transportes, comunicação social, alimentos da cesta básica e calçados reajustes menores que os previstos no texto original da MP.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Plenário, cuja pauta está trancada pelo texto que altera a tabela do IR, receberá 2 MPs que perdem a validade em agosto

Autoridade Fiscal Independente vai avaliar, por exemplo, custos e benefícios de programas de governo e evitaria, segundo o senador, práticas como as “pedaladas fiscais”

Renan propõe órgão autônomo para avaliar a política fiscal

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem a proposta de criação da Autoridade Fiscal Independente (AFI) e alterações na lei que estabelece normas para elaboração e controle dos orçamentos da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios (Lei 4.320/1964).

A iniciativa (PEC 83/2015) tem o objetivo de institucionalizar um ambiente fiscal mais seguro e previsível, que não dê margens a manobras e “pedaladas fiscais” que venham a prejudicar o desenvolvimento e o crescimento do país, explicou o presidente do Senado.

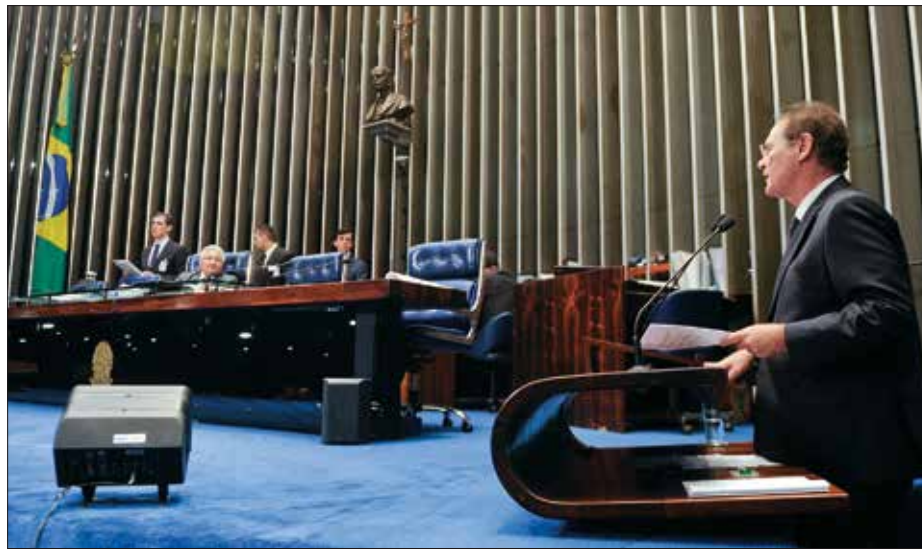
Renan avaliou que o momento dramático vivido pelo Brasil ameaça jogar por terra todas as conquistas econômicas recentes. Em relação ao ajuste fiscal proposto por Dilma Rousseff, disse que as medidas são insuficientes e que o fim das desonerações da folha de pagamento das empresas vai estimular o desemprego em massa, tornando-se na prática um desajuste social.

— Embora seja condição necessária para a estabilidade da economia, o superávit por si só não é condição suficiente para garantir o crescimento econômico. É necessário haver gestão fiscal planejada responsável e visão de futuro. O samba de uma nota só do ajuste com aumento de imposto e sem corte de gasto público é pior sem um programa econômico — afirmou.

Renan também criticou a adoção de práticas que favorecem as pedaladas fiscais, a “contabilidade criativa” e os seguidos descumprimentos da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo governo, além da alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) “que o Congresso quase foi obrigado a fazer”.

O senador disse ainda que o esforço para fazer superávit primário será inútil sem a criação de mecanismos para melhorar a qualidade da despesa pública. Se o governo eliminar desperdícios, não haverá necessidade de mais impostos e, assim, a atividade produtiva poderá gerar mais empregos e renda, avaliou o presidente do Senado.

Renan afirmou que as normas de elaboração orçamentária tornaram-se “anacrônicas e incompatíveis” com as modernas técnicas de gestão fiscal, o que abriu espaço para as práticas que



Renan explica, em Plenário, a função do órgão: “É como um árbitro registrando impedimento”

geraram a crise atual. Destacou que a AFI será um órgão totalmente técnico, apartidário e autônomo, a exemplo de instituições similares dos Estados Unidos, Reino Unido e Portugal.

Gestão e transparência

Segundo Renan, a AFI protegerá a economia do voluntarismo e dos excessos administrativos na gestão dos recursos públicos, devendo fazer uma análise isenta e consistente da gestão fiscal com transparência.

— A autoridade avaliará, entre outros aspectos, os custos e os benefícios dos programas de governo, o que quase não existe no Brasil. Será possível acender a luz amarela em ações que tragam pouco ou nenhum benefício às pessoas. Os gastos sem qualidade prejudicam a prestação de serviços à sociedade.

Renan disse que a AFI vai identificar se os investimentos em infraestrutura foram planejados adequadamente e ainda se as obras ultrapassam os orçamentos previstos, em razão da completa irracionalidade dos projetos e da baixa qualidade dos planejamentos.

— As obras inacabadas e com indícios de irregularidades são reflexo da falta de planejamento dos governos. A implantação da autoridade no Congresso ajudará na aferição dos critérios contábeis usados pelo governo na apresentação dos resultados finais. Ela é fundamental para coibir práticas contábeis fictícias, a prática nociva da contabilidade criativa e colocaria

freio nas pedaladas fiscais. É como um árbitro registrando impedimento.

Renan ressaltou que a AFI não impedirá o governo de conduzir a política de tributação e de gastos públicos ou mesmo de cortar ou alterar despesas. Também explicou que a autoridade não se assemelha ao Tribunal de Contas da União (TCU), pois não terá o papel de emitir parecer sobre contas ou papéis públicos. Sua missão, afirmou, será a de apontar inconsistências e ineficiências na condução da política fiscal, colaborando para a correção de rumos e a transparência nos gastos públicos.

Em relação à reforma política, Renan destacou encontro com a presidente Dilma “a fim de integrar definitivamente, se for o caso, o Executivo ao projeto de transformação da política no Brasil”. Ele também citou reuniões com o presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, e com os ministros Gilmar Mendes e Luiz Fux para tratar do mesmo tema.

— Será a primeira vez que todos os Poderes estarão integrados em prol de modernização inadiável. Vamos ainda procurar a sociedade civil, a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], a CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil] e a Transparência Brasil, buscando colaboração para definitivamente dissipar quaisquer suspeitas que parem sobre a legislação político-eleitoral e partidária.

Veja a íntegra da proposta:
<http://bit.ly/PEC83de2015>

Iniciativa colabora para transparência e fiscalização, dizem senadores

A iniciativa de criação da AFI foi saudada por diversos senadores. Jorge Viana (PT-AC) disse que o órgão também deve se posicionar quando forem votadas no Legislativo propostas que desequilibrem as contas públicas.

Raimundo Lira (PMDB-PB) defendeu o aprimoramento dos instrumentos de controle para que o Congresso desenvolva com eficiência e presteza o papel de fiscalizador do Executivo.

José Serra (PSDB-SP) classificou a iniciativa de “revolucionária”. Ele destacou que não há no Brasil um instituto fiscal independente que cumpra o papel da transparência e da informação. Observou ainda que

a AFI não entrará em conflito com os tribunais de contas, visto que não fixará normas nem deliberará nesse sentido.

Ana Amélia (PP-RS) disse que a criação da autoridade favorece a boa governança. Lúcia Vânia (sem partido-GO) disse ser um grande avanço a criação de comissão de especialistas em contas públicas para elaborar novos procedimentos orçamentários.

Reguffe (PDT-DF) frisou que os tribunais de contas não vêm cumprindo o papel que se espera deles, uma vez que são órgãos auxiliares do Legislativo e sofrem influência muito grande da União, de estados e de municípios.

Hélio José (PSD-DF) apontou difi-

culdades dos governos em razão de obras mal fiscalizadas e mal avaliadas, visto que os orçamentos, em geral, são fictícios ou mal executados.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que a criação da AFI resgata a força do Legislativo. Para Edison Lobão (PMDB-MA), o órgão contribuirá para que a máquina pública funcione adequadamente, com os recursos sendo aplicados de acordo com as leis do país.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) avaliou que a melhoria da gestão pública é fundamental para o desenvolvimento regional, ao permitir de modo independente a interpretação adequada das políticas de governo.

Ideia é monitorar contas públicas para evitar problemas e excessos

Modelo adotado em vários países, a Autoridade Fiscal Independente (AFI), prevista na PEC 83/2015, apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, é um órgão técnico e apartidário, autônomo, com a missão de avaliar continuamente a política fiscal adotada no país. Ligada ao Congresso, será composta por servidores concursados, liderados por um diretor-geral, com a função de emitir alertas ao menor sinal de excessos administrativos nos gastos públicos. Os alertas podem ser dados por meio de documentos, análises, relatórios, ou mesmo declarações, que devem ser consistentes e transparentes.

Segundo o consultor de Orçamentos do Senado Paulo Roberto Bijos, autor do estudo que fundamentou a proposta, a intenção é que a Autoridade Fiscal Independente seja um provedor de informações objetivas e isentas sobre a política fiscal adotada no país e, com isso, possa subsidiar o debate público, influenciando o comportamento e o dinamismo para que ela seja menos deficitária.

A ideia de um órgão independente capaz de monitorar as contas públicas no Brasil surgiu em 2000, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que previa a criação de um conselho de gestão fiscal para acompanhamento e avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal pública. O órgão proposto era formado por representantes de todos os Poderes e esferas de governo, além do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade. O modelo da PEC é mais enxuto: apenas uma autoridade fiscal, escolhida pelo presidente do Congresso a partir de lista tríplice elaborada pela Comissão Mista Orçamento, sob critérios semelhantes aos de indicação de ministros do Tribunal de Contas da União (TCU).

Quanto a possível duplicidade de funções com o TCU, Bijos reforça que a instituição fiscal independente não age como órgão de auditoria. E cita o exemplo dos Estados Unidos, onde o Congressional Budget Office, a autoridade fiscal independente deles, coexiste harmoniosamente com o General Accounting Office, órgão de controle externo e auditoria.



Para Paulo Bijos, independência da AFI será fundamental para a credibilidade

Durante a segunda missão de senadores a Caracas em duas semanas, comitiva anuncia criação de grupo reunindo parlamentares da base e da oposição ao governo Dilma

Comissão vai acompanhar eleição na Venezuela

Glauceine Lara (enviada especial da TV Senado à Venezuela)

A comitiva dos senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Telmário Mota (PDT-RR), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Ro-

berto Requião (PMDB-PR), que passou o dia de ontem em uma série de reuniões na Venezuela, anunciou a criação de uma comissão de senadores da situação e da oposição para acompanhar as

eleições marcadas para 6 de dezembro naquele país. Eles se reuniram com grupos de apoio e de oposição ao governo Nicolás Maduro e retornariam ao Brasil na madrugada de hoje.



Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Roberto Requião e Telmário Mota se reúnem com famílias de vítimas dos protestos

Famíliares de vítimas culpam oposição por violência

Integrantes do Comitê de Familiares das Vítimas das Guarimbas — as barricadas montadas durante as manifestações ocorridas na Venezuela em 2014 — contaram à delegação de senadores as impressões e experiências com a onda de violência no país.

País e companheiros das vítimas mortas nos protestos — como a tenente Velásquez, da Guarda Nacional da Venezuela, que perdeu o marido e criticou a suposta “manifestação pacífica” num relato emocionado — atribuem as reivindicações violentas a líderes da oposição, como Leopoldo López, e pedem que eles sejam responsabilizados.

Os protestos começaram em fevereiro do ano passado, contra o governo do presidente

Nicolás Maduro. Os organizadores do movimento se dizem insatisfeitos com o que consideram violações de direitos humanos, crise econômica e criminalidade.

— Uma coisa fica clara: depois das eleições, que foram apertadíssimas, com ânimos exaltados, alguns líderes da oposição conclamaram o povo à rua para que lá ficassem até a queda do regime. Isso provocou o processo de violência que levou à morte de 43 pessoas, inclusive 5 estudantes, e a violência se estabeleceu. Como disse o comitê, a violência tem que ser apurada e a violência policial não foi uma exceção, como em qualquer lugar do mundo — avaliou Roberto Requião.

Em seguida, ocorreu o se-

gundo compromisso, desta vez com as esposas dos líderes de oposição presos. A pedido delas, parte da reunião não foi acompanhada pela imprensa.

Lilian Tintori, esposa de Leopoldo López, fez um relato dos 30 dias de greve de fome do marido pela libertação de 75 presos políticos e pela marcação das eleições.

Lembrou também o episódio de hostilidade com a comitiva de senadores da oposição, semana passada, e disse que “se alegra que desta vez a comitiva tenha conseguido entrar no país”. A greve de fome de López e de outros 104 apoiadores terminou segunda-feira, depois que as eleições parlamentares foram marcadas para 6 de dezembro.

(GL)

Deputado cita libertações e abertura para analisar casos

O presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, deputado Diosdado Cabello, disse estar preparado para as eleições parlamentares de 6 de dezembro. Ele apontou que há razões para manter alguns presos políticos, destacou que dois deles foram libertados há pouco tempo e manifestou disposição para a análise de outros casos.

Os partidos de oposição cobraram eleições limpas e,

segundo Roberto Requião, ambos os grupos pediram o fim da violência.

— Esperamos poder colaborar com a democracia e o diálogo entre os diversos grupos políticos da Venezuela — declarou Requião.

A comitiva também se encontrou com o governador de Miranda, Henrique Capriles, candidato derrotado à Presidência em 2013, que defendeu a participação do

Brasil no processo eleitoral da Venezuela. A comitiva andou com tranquilidade pelas ruas de Caracas, escoltada pelo Serviço de Inteligência venezuelano. A reunião com a ministra de Relações Exteriores, Delcy Rodríguez, encerrou a agenda.

Os senadores não quiseram se posicionar sobre o conflito político interno da Venezuela e consideraram um erro a ida de dois grupos ao país vizinho.

(GL)

Para senadores, Brasil não pode interferir na disputa política interna

Logo na chegada a Caracas, na noite de anteontem, os integrantes da segunda missão à Venezuela em duas semanas disseram que o objetivo da visita seria ouvir todos os lados e mostrar que o Senado brasileiro não quer interferir na disputa política interna do país vizinho.

— Temos uma avaliação de que a primeira comitiva tinha um objetivo claro de reforçar a oposição. Estamos aqui para ouvir todos os lados. Não cabe a nós, senadores, acirrar qualquer disputa interna — disse Vanessa Grazziotin.

Os senadores foram recebidos pelo embaixador Rui Pereira. Assim como na visita anterior, ele não acompanhou a comitiva no trajeto até o hotel. Lindbergh Farias defendeu a decisão.

— Quem conhece de diplomacia sabe que o embaixador brasileiro não deveria estar dentro da van que foi cercada por manifestantes.

Ele anunciou a criação de uma comissão de senadores de oposição e de situação

para acompanhar as eleições parlamentares, marcadas para 6 de dezembro.

— Não somos *black blocs*, não viemos interferir nas eleições venezuelanas, não viemos para dar apoio político, mas para informar o Senado da situação. Vamos conversar com todas as tendências — disse Roberto Requião.

Telmário Mota disse ter viajado com o propósito de, além de reforçar a defesa da democracia, melhorar as relações entre Roraima e Venezuela, país com o qual o estado faz fronteira.

— Tenho a preocupação não só com a situação democrática da Venezuela, mas também com os brasileiros que aqui vivem e aqui buscam seu meio de vida — disse.

Ele levou uma carta a autoridades em que relata casos de violência contra garimpeiros e turistas brasileiros na fronteira e no Caribe venezuelano.

(GL)

Caiado diz que governo Dilma é conivente com regime do país vizinho

Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que a nova missão de senadores a Caracas recebeu tratamento completamente diferente da primeira, na semana passada, da qual participou. Ele disse ter recebido informações de que a segunda comissão recebeu todo o apoio da embaixada brasileira e do governo venezuelano e não encontrou nenhuma manifestação.



Moraira Maniz/Agência Senado

Para o senador, a diferença de tratamento atesta a conivência do governo brasileiro com o regime venezuelano.

— É o que podemos dizer, agora com fatos que mostram que aqueles que são simpáticos ao governo têm todo acesso. Isso é grave. Mostra uma situação em que o atual governo comunga com aquilo que está instalado na Venezuela — afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Aprovados acordos de cooperação Brasil-EUA

Poucos dias antes da visita oficial de Dilma a Washington, Senado ratifica normas para compartilhamento de informações financeiras e proteção de dados militares

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem três acordos firmados entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos. Eles tratam da cooperação entre os dois países em matérias de defesa nacional e proteção e compartilhamento de informações.

Os acordos haviam sido votados pela manhã na Comissão de Relações Exteriores (CRE). A aprovação rápida das matérias é particularmente oportuna porque ocorre na semana anterior à visita oficial da presidente da República, Dilma Rousseff, aos Estados Unidos.

— Incluímos hoje [ontem] a votação desses acordos para que a visita da presidente Dilma aos Estados Unidos tenha condições de ter o maior êxito possível — disse o presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O principal acordo, assinado em setembro de 2014, trata da melhoria da observância tributária internacional e da implementação da Lei de Con-

formidade Tributária sobre Contas no Exterior.

O texto (PDS 257/2015) exige o envio de informações, por parte das instituições financeiras de todo o mundo, dos nomes, dos bens e das rendas das pessoas sujeitas à obrigação fiscal estadunidense. A obrigação abrange os cidadãos americanos residentes nos Estados Unidos ou fora dele.

Como o acordo exige reciprocidade, a Receita brasileira também receberá informações sobre movimentações financeiras de brasileiros em bancos nos Estados Unidos.

Para o líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), a ratificação do acordo é um avanço no combate ao crime de evasão de divisas.

— Em função desse acordo, não existe mais sigilo, e sim um compromisso entre os países de abertura de informações por um motivo nobre. O tema toma outra dimensão.

Paulo Rocha (PT-PA), que preside a CPI do HSBC, também comemorou a aprovação.



Projetos também foram votados ontem pela CRE, presidida por Aloysio. Para senador, aprovação colabora para êxito da visita

A comissão investiga a evasão fiscal de brasileiros que possuem contas na filial suíça do HSBC. Segundo o senador, a CPI vive um impasse para discutir quebras de sigilos e o acordo pode dirimir essas dificuldades.

Defesa

Outro acordo aprovado prevê visitas recíprocas de delegações, contatos entre os funcionários da defesa dos

dois países, intercâmbio de instrutores e estudantes de academias militares, participação em cursos, projetos e programas comuns na área de defesa e facilitação do comércio de produtos de defesa (PDS 256/2015).

Também foi ratificado o tratado que prevê medidas de segurança para a proteção de informações militares sigilosas (PDS 258/2015). São consideradas como tal as informações

produzidas pelo Ministério da Defesa de cada país

Segundo o texto, o acesso a essas informações será concedido apenas aos indivíduos cujas funções oficiais exijam tal acesso e aos quais tenha sido concedida uma credencial de segurança, em conformidade com as normas estabelecidas. O acordo tem validade de cinco anos e, depois desse período, é renovado automaticamente a cada ano.

Ministro: exportação é saída para o país

Sétima economia do mundo, o Brasil ocupa apenas a 25ª posição no ranking de países exportadores. Reduzir barreiras aduaneiras, aperfeiçoar regimes tributários e fortalecer instrumentos de financiamento, seguro e garantia são algumas das iniciativas do governo para aumentar as vendas de produtos brasileiros. Em audiência ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, apostou no incentivo à exportação para superar a retração no consumo interno.

Para ele, a desvalorização cambial é uma oportunidade para as empresas brasileiras:

— Se não apostarmos no canal de comércio exterior, o Brasil estará condenado a uma situação de isolamento econômico e também vai assistir a uma perda progressiva de espaço da indústria no próprio mercado doméstico.

Segundo maior parceiro comercial do Brasil — atrás apenas da China —, os Estados Unidos estão no centro das estratégias do governo para fortalecer as vendas no exterior. Enquanto vendas para a China são dominadas por produtos básicos, as negociações para os EUA têm maior participação de bens manufaturados e semimanufaturados, que representam valor agregado mais elevado.

O ministro defendeu ainda maior integração com os países da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México, Peru e Costa Rica) e a conclusão do acordo entre os blocos Mercosul e União Europeia:

— Temos que reposicionar a política comercial brasileira.

Debates

Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) elogiaram o ministro, mas criticaram a política econômica do governo. Além disso,

mostraram-se preocupados com o clima de desânimo e desconfiança entre empresários e com o volume de reclamações trabalhistas no país.

— Nos EUA, são 200 mil ações por ano. No Brasil, são 3 milhões — disse Caiado.

Armando Monteiro lembrou que houve presença maciça de empresários no lançamento do Plano Nacional de Exportações pela presidente Dilma Rousseff, na quarta-feira.

— De modo geral, o plano foi bem recebido pelos empresários, porém reconheço que o momento é de queda da atividade econômica. Temos então que apostar no comércio exterior — disse, conferindo ao Congresso a responsabilidade de tratar das questões trabalhistas.

Ana Amélia (PP-RS) pediu ao ministro a rápida regulamentação das zonas de free shops na fronteira, citando os comerciantes e empresários das cidades gaúchas na divisa com o Uruguai e a Argentina, que estão à espera de uma definição. Para piorar a situação, segundo ela, o governo pretende reduzir a cota de isenção de US\$ 300 para US\$ 150. O ministro informou que levará a questão à Receita Federal.

A audiência foi conduzida por Aloysio Nunes (PSDB-SP). Também participaram Hélio José (PSD-DF), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Comissão quer dados sobre empréstimo para Petrobras

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai requerer informações ao ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, sobre um possível empréstimo no valor de US\$ 3,5 bilhões obtido pela Petrobras no Banco de Desenvolvimento da China. O pedido, aprovado ontem, foi apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE) e será agora examinado pela Mesa do Senado.

No requerimento, o senador pergunta se o empréstimo foi de fato solicitado e pede



informações sobre o valor total, bem como o prazo e a taxa de juros contratada.

Entre outros questionamentos, ele indaga ao ministro se o pagamento desse empréstimo se dará com recursos financeiros ou integralmente com barris de petróleo.

“Conforme divulgado pela mídia, esse empréstimo será pago integralmente em barris de petróleo, mas não se sabe, entretanto, por que esse tipo de pagamento seria mais vantajoso para a Petrobras”, argumenta.

Gleisi Hoffmann pede que venda do HSBC seja acompanhada pelo governo

Preocupada com a decisão do banco HSBC de encerrar as atividades no Brasil, Gleisi Hoffmann (PT-PR) advertiu que a venda e a transferência dos ativos do banco precisam ser acompanhadas de perto pelo governo federal.

Segundo a senadora, isso é necessário para garantir empregos e evitar uma maior concentração financeira no país, caso o comprador do HSBC seja um dos cinco maiores bancos brasileiros.

Gleisi disse que, segundo a imprensa, a saída do



HSBC do Brasil faz parte do plano de reestruturação do banco, que pretende cortar 50 mil postos de trabalho em todo o mundo, metade deles nas agências brasileiras e turcas.

— Não é possível que um banco trate dessa forma a sexta economia do mundo. Se for necessário, faremos uma comissão para ir até Londres falar com o presidente mundial do banco. Eles não podem deixar o Brasil como se estivessem deixando uma colônia de férias.



Para Armando Monteiro, exportações para os EUA têm maior valor agregado

Audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discutiu formas de estimular a permanência da população no campo e incentivar a produção agrícola familiar



Durante a discussão conduzida por Ana Amélia, acesso à terra, produção diversificada, orientação técnica disponível e escolas melhores foram algumas das soluções sugeridas pelos especialistas

Pedro Franco/Agência Senado

Debate aponta preocupação com êxodo rural

MEDIDAS PARA VIABILIZAR a produção agrícola familiar e para incentivar a permanência da população no campo foram discutidas ontem em audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Os senadores consideram que a falta de oportunidade empurra os jovens do campo para a cidade, e o êxodo, apesar de menor hoje do que em décadas anteriores, ainda preocupa.

Na audiência, proposta por José Medeiros (PPS-MT), as saídas discutidas passam pelo

acesso à terra, disponibilidade de orientação técnica, associativismo, diversificação da produção, melhoria das escolas e de oportunidades profissionais.

— Apenas fixar o homem no campo não resolve o problema, é preciso garantir opção de viver no campo como um modo de vida pleno — resumiu Zenildo Xavier, secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Ele afirmou que a concentração fundiária é um obstáculo

para viabilizar a agricultura familiar. Segundo ele, no interior, com forte ligação rural, a falta de acesso à terra faz com que os filhos de agricultores em idade de constituir família não consigam se manter na agropecuária.

Crítica

Os programas de reforma agrária, implantados no país para democratizar o acesso à terra, foram criticados por Acir Gurgacz (PDT-RO), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Wellington Fagundes (PR-MT).

— Vemos nos assentamentos os terrenos sendo alugados, arrendados ou vendidos. O Incra não consegue mostrar quantos foram assentados, qual é o perfil do assentado e qual é a condição do assentamento — disse Caiado.

Zenildo Xavier contestou a visão apresentada pelo senador.

— Posso afirmar que existem assentamentos que têm a produtividade maior que propriedades que não cumprem sua função social — disse o representante da Contag.

No debate, César Aldrighi, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), informou que já foram assentadas 969 mil famílias, em 9,2 mil assentamentos. Ele revelou que existem 120 mil famílias acampadas, esperando por terra, e que o governo prepara novo plano de reforma agrária.

Para Wellington Fagundes, o Incra cria o assentamento, mas não oferece condições para que os agricultores consigam produzir e permanecer na terra.

Melhoria da educação pode ser estímulo

Na avaliação de Adhemar Lopes de Almeida, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a viabilidade da agricultura familiar requer mudança no modelo de desenvolvimento adotado no país. Conforme observou, mais da metade dos municípios brasileiros têm menos de 20 mil habitantes e uma forte orientação rural. Para essas cidades, disse, políticas de incentivo à urbanização e industrialização são inadequadas

— Para desenvolver o rural e estancar o êxodo, é preciso

oferecer qualidade de vida. O poder público e a sociedade ainda não conseguiram reverter o modelo, para fazer a educação do campo, e não a educação levada da cidade para o campo — disse.

Pedro Celso Antonieto, representante do Ministério da Agricultura, apontou a melhoria da educação no campo como condição para permanência das famílias no meio rural.

Ele destacou ainda prioridade para promover uma melhor organização da propriedade.

Conforme argumentou, os agricultores devem sair da monocultura e diversificar a produção, para ter renda mensal e menores riscos.

José Medeiros concorda, mas cobra a implantação de planos e programas lançados pelos governos.

— Existem inúmeros programas, com nomes lindos e anunciados com pompa e circunstâncias, mas, com o passar do tempo, vem a frustração, o homem do campo espera e a coisa acaba não chegando lá — lamentou o senador.

Senadores pedem rapidez para regularizar terra indígena

Waldemir Moka (PMDB-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e José Medeiros, assim como a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS) cobraram mais agilidade na regularização das terras indígenas.

Moka manifestou preocupação com os conflitos em Mato Grosso do Sul, pela demora da solução de um impasse referente à área de uma fazenda.

— Se querem fazer a demarcação de terras indígenas, só tem um jeito: desapropriação

e pagamento pela terra e pelas benfeitorias. As invasões vão resultar em vítimas, de um lado e do outro — alertou.

A situação se repete no Rio Grande do Sul, conforme Ana Amélia. Na visão de Flexa Ribeiro e José Medeiros, o problema ocorre em todo o país.

Para discutir o assunto, os senadores aprovaram requerimento convidando o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para uma audiência pública sobre o tema.

Wellington comemora recursos para pequenos agricultores

Wellington Fagundes (PR-MT) comemorou a liberação de R\$ 30 bilhões em créditos do governo federal para pequenos agricultores dentro do Plano Safra da Agricultura Familiar.

O senador destacou entre os avanços a destinação de 30% no mínimo de recursos dos órgãos federais para a compra de alimentos da agricultura familiar, o seguro agrícola e a assistência técnica, com foco na produção agroecológica.

Wellington cobrou atenção do governo para necessidades da instalação de centros de pesquisa, a desburocratização do acesso ao crédito e a regularização fundiária.

— O produtor, principalmente o pequeno, tem de ter assistência técnica e apoio na sua comercialização. Nesse ponto, é importante o governo participar, lançando um programa como esse — acrescentou o senador.



Moneira Manz/Agência Senado

Reguffe quer fim de assinatura básica em serviços públicos

Reguffe (PDT-DF) pediu apoio dos demais senadores ao seu projeto de lei que proíbe a cobrança da chamada tarifa de assinatura básica em contas de água e celular, por exemplo (PLS 378/2015).

De acordo com a proposta, não será admitido nenhum tipo de cobrança sem a correspondente contraprestação de serviço, objetivamente medido. Segundo o senador, o consumidor deve pagar o que efetivamente consome.

Para Reguffe, tal cobrança é um disparate que só atende os interesses das empresas, não dos consumidores.

— A lógica é que a pessoa só deve pagar por algo que ela efetivamente consome. Não pode o consumidor pagar por algo que ele não consome. Não é correto essa cobrança de tarifa de assinatura básica nos diversos entes da economia, nos diversos setores de prestação de serviço público.



Waldemir Moka/Agência Senado

Petecão cobra reforma de ponte que liga cidades do Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) reclamou da situação precária da ponte que liga Epitaciolândia e Brasileia, no Acre. Segundo o senador, a ponte precisa ser reformada.

— Não tem sentido a BR-317, a nossa Estrada do Pacífico, com uma ponte daquelas, que tem apenas uma mão. Tenho recebido vários pedidos, principalmente dos comerciantes da região, para fazer um pleito ao Ministério do Transporte por aquela ponte. Aquela ali é prioridade zero — afirmou.

O senador também informou ter participado de uma audiência com o prefeito de Brasileia, Everaldo Gomes, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit). Eles pediram a recuperação das Avenidas Rui Lino e Marinho Monte, que garantem ligação com a BR-317, mas estão esburacadas pelas cheias do Rio Acre.

Petecão ainda saudou o município acreano de Porto Walter, que completou ontem 23 anos..

Hélio José registra anúncio de parque científico no DF

Hélio José (PSD-DF) comemorou o anúncio de que Brasília ganhará, em um futuro próximo, um parque científico, tecnológico e de inovação especializado nas áreas de medicina, biodiversidade e agricultura tropicais.

Conforme afirmou o senador, o parque terá infraestrutura e qualidade de primeira linha e contará com parceiros internacionais e nacionais, como a Embrapa e a Universidade de Brasília.

Hélio José citou como exemplo de futura atividade do parque científico e tecnológico a produção de painéis fotovoltaicos, usados para geração de energia solar.

— Estou certo de que, desta vez, nosso parque científico tem tudo para se materializar, o que vai ajudar na ampliação de nossa economia, na geração de emprego, renda e na qualidade de vida da população do Distrito Federal.



Moneira Manz/Agência Senado